



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**17/07/2018**

# INDICE

---

|                                    |       |
|------------------------------------|-------|
| 1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO       |       |
| 1.1. PROJETO MEDIAÇÃO DIGITAL..... | 1 - 3 |
| 2. JORNAL EXTRA                    |       |
| 2.1. PRESIDÊNCIA.....              | 4     |
| 3. JORNAL O DEBATE                 |       |
| 3.1. CONVÊNIOS.....                | 5     |
| 4. JORNAL O QUARTO PODER           |       |
| 4.1. CONVÊNIOS.....                | 6     |
| 5. JORNAL PEQUENO                  |       |
| 5.1. AÇÕES TJMA.....               | 7     |
| 5.2. CONVÊNIOS.....                | 8     |

# OTONLIMA

---

## **Justiça conectada**

O TJ-MA ganha hoje uma Sala de Mediação Digital, a ser instalada na sede do Judiciário. Na ocasião, será lançado o aplicativo para dispositivos móveis *ATTENDE*, com função de efetuar agendamento de mediações no Poder Judiciário em celulares e tablets.

# TJMA inaugura Sala de Mediação

Espaço criado pelo tribunal possibilita que as partes construam acordos de forma autônoma

## SÃO PAULO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, inaugura hoje, às 9h, em evento no Salão Nobre do TJMA, a Sala de Mediação Digital, instalada no térreo do prédio-sede da Corte, que vai possibilitar que as partes construam acordos de forma autônoma. A plataforma é gratuita, segura e fácil de usar.

O desembargador Joaquim Figueiredo do Anjos garantiu que o Poder Judiciário do Maranhão – por meio do Núcleo de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador

José Luiz Almeida - continuará trabalhando no sentido de reduzir a litigiosidade utilizando os mecanismos de conciliação, para ele uma iniciativa válida e importante.

“Diante de uma demanda processual altíssima, faz-se necessário positivar o instituto da conciliação, para que a resolução consensual seja priorizada. Para isso, decidimos instalar, no próprio prédio do Tribunal de Justiça, uma sala de Mediação Digital, visando sempre a um ganho social maior com os métodos alternativos de resolução de litígios, no âmbito da Justiça maranhense”, ressaltou. ●

## Presidente do TJMA recebe o presidente da OAB

A viabilidade de implantação do sistema de alvará eletrônico, como forma de praticidade e agilidade ao Poder Judiciário, a profissionais de advocacia e jurisdicionados, foi um dos assuntos discutidos nesta segunda-feira (16), em reunião entre o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Thiago Diaz, que veio acompanhado da presidente da Comissão de Direito de Família, Vivian Bauer.

# DPE instala Núcleo de Conciliação e assina termo de parceria com TJMA

DPE espera contribuir para a redução do índice de judicializações, oportunizando aos assistidos formas alternativas para solução de suas demandas.

Como forma de priorizar a solução mais rápida e eficaz dos litígios, permitindo a otimização de seus resultados por meio da composição de acordos extrajudiciais, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) já está contando com o Núcleo de Conciliação e Mediação, cujo regulamento foi aprovado durante sessão extraordinária do Conselho Superior da instituição. Com isso, a DPE espera contribuir para a redução do índice de judicializações, oportunizando aos assistidos formas alternativas para solução de suas demandas.

Com esse mesmo propósito, outro mecanismo desenvolvido pela Defensoria ganhará corpo hoje com a assinatura do Termo de Cooperação com o Tribunal de



**Alberto Bastos afirma que a conciliação é a solução mais rápida e eficaz para litígios**

Justiça do Maranhão. Trata-se do agendamento da conciliação familiar pré-processual. A nova metodologia visa a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais, na área de família, com imediata

formulação de pedido judicial adequado e cabível, para os casos em que não houver solução autocompositiva.

Novo serviço - o Núcleo de Conciliação e Mediação, que contará a princípio com um defensor público, iniciará os

trabalhos a partir de um “projeto piloto” responsável por mapear as principais demandas, modelo de atendimento, postura dos assistidos, e demais variantes para o aperfeiçoamento de um modelo, que será futuramente debatido, visando sua aplicação nos núcleos do interior do estado. No ano passado, a DPE/MA elaborou mais de 57 mil petições judiciais. Com a instalação de novos mecanismos de solução administrativa de conflitos, a tendência é que esse número diminua.

De acordo com o defensor-geral Alberto Bastos, é necessário mudar a metodologia de atendimento da instituição de forma a tornar a judicialização de demandas a última opção, promovendo o acesso a direitos mais célere e eficiente.

## DPE instala Núcleo de Conciliação e assina termo de parceria com TJMA para potencializar solução administrativa na área de família

Como forma de priorizar a solução mais rápida e eficaz dos litígios, permitindo a otimização de seus resultados por meio da composição de acordos extrajudiciais, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) já está contando com o Núcleo de Conciliação e Mediação, cujo regulamento foi aprovado, na última sexta-feira (13),

durante sessão extraordinária do Conselho Superior da instituição. Com isso, a DPE espera contribuir para a redução do índice de judicializações, oportunizando aos assistidos formas alternativas para solução de suas demandas.

Com esse mesmo propósito, outro mecanismo desenvolvido pela Defensoria

ganhará corpo nesta terça-feira (17), às 9h, com a assinatura do Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Maranhão. Trata-se do agendamento da conciliação familiar pré-processual. A nova metodologia visa a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais, na área de fa-

mília, com imediata formulação de pedido judicial adequado e cabível, para os casos em que não houver solução autocompositiva.

**Novo serviço** - o Núcleo de Conciliação e Mediação, que contará a princípio com um defensor público, iniciará os trabalhos a partir de um "projeto piloto" responsável por mapear as princi-

pais demandas, modelo de atendimento, postura dos assistidos, e demais variantes para o aperfeiçoamento de um modelo, que será futuramente debatido, visando sua aplicação nos núcleos do interior do estado. No ano passado, a DPE/MA elaborou mais de 57 mil petições judiciais. Com a instalação de novos mecanismos de

solução administrativa de conflitos, a tendência é que esse número diminua.

De acordo com o defensor-geral Alberto Bastos, é necessário mudar a metodologia de atendimento da instituição de forma a tornar a judicialização de demandas a última opção, promovendo o acesso a direitos mais célere e eficiente.

## Judiciário regulamenta utilização do Selo de Fiscalização Judicial

A partir de agora é obrigatória a afixação do Selo de Fiscalização Judicial Oneroso nos alvarás expedidos para levantamento de valores creditados em favor das partes não beneficiárias de assistência judiciária gratuita, advogados (sejam ou não seus constituintes beneficiários da gratuidade) e peritos, pelas Secretarias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, pelas Secretarias Judiciais e Secretarias das Diretorias dos Fóruns, no âmbito do Estado do Maranhão, ainda que se trate de processo sujeito ao procedimento previsto na Lei nº 9.099/95. A norma está estabelecida na Resolução GP-462018, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Joaquim Figueiredo, que considerou o princípio da transparência que deve nortear as ações da Administração Pública e a necessidade de garantir a autenticidade e preservar a segurança dos serviços de

natureza judicial, notadamente em relação à expedição de alvarás judiciais.

Os alvarás judiciais expedidos deverão ser confeccionados com o número da guia de arrecadação gerada no Portal do Poder Judiciário referente ao Selo de Fiscalização Judicial Oneroso. A emissão de alvará judicial sem o número da guia de arrecadação ou aposição do selo gratuito implicará apuração de responsabilidade do servidor responsável pela emissão do documento.

Quando for concedida a gratuidade da Justiça sem a exclusão das custas relativas à expedição de eventual alvará, deverá ser utilizado o Selo de Fiscalização Judicial Gratuito, além de constar no alvará que se trata de ato não oneroso. Para expedição de alvará deverão ser utilizados os modelos específicos disponibilizados no Portal do Poder Judiciário do Maranhão.

## **DPE instala Núcleo de Conciliação e assina termo de parceria com TJMA**

Como forma de priorizar a solução mais rápida e eficaz dos litígios, permitindo a otimização de seus resultados por meio da composição de acordos extrajudiciais, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) já está contando com o Núcleo de Conciliação e Mediação, cujo regulamento foi aprovado, na última sexta-feira (13), durante sessão extraordinária do Conselho Superior da instituição. Com isso, a DPE espera contribuir para a redução do índice de judicializações, oportunizando aos assistidos formas alternativas para solução de suas demandas.

Com esse mesmo propósito, outro mecanismo desenvolvido pela Defensoria ganhará corpo nesta terça-feira (17), às 9h, com a assinatura do Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Trata-se do agendamento da conciliação familiar pré-processual. A nova metodologia visa a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais, na área de família, com imediata formulação de pedido judicial adequado e cabível, para os casos em que não houver solução autocompositiva.

### **NOVO SERVIÇO**

O Núcleo de Conciliação e Mediação, que contará a princípio com um defensor público, iniciará os trabalhos a partir de um “projeto piloto” responsável por mapear as principais demandas, modelo de atendimento, postura dos assistidos, e demais variantes para o aperfeiçoamento de um modelo, que será futuramente debatido, visando sua aplicação nos núcleos do interior do estado. No ano passado, a DPE/MA elaborou mais de 57 mil petições judiciais. Com a instalação de novos mecanismos de solução administrativa de conflitos, a tendência é que esse número diminua.